

**INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS – INRC: BREVE
DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE
SALVAGUARDA DO IPHAN, A PARTIR DAS AÇÕES DE INVENTÁRIOS DE
RECORTE TERRITORIAL**

Francimário Vito dos Santos¹

RESUMO: O artigo aborda a temática do patrimônio cultural imaterial como uma política de estado voltada à salvaguarda dos bens de natureza imaterial, mais especificamente sobre a avaliação dos inventários de recortes territoriais. É fruto de uma etnografia realizada a partir da produção de conhecimento gerada pelas ações de inventários realizadas ao longo de doze anos de existência da política. Para tanto, analisou-se a massa de inventário existente nos arquivos do Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI/IPHAN. O objetivo do estudo foi compreender como as equipes de pesquisa se apropriaram das noções de território, e a partir delas conduziram os inventários. Observou-se também a construção do processo de mobilização da base social, no envolvimento dos detentores, agentes públicos e sociedade civil no processo de produção de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Salvaguarda, Políticas Culturais, INRC, Avaliação.

Introdução

Passados, aproximadamente, doze anos de criação da metodologia do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, como instrumento de uma política direcionada à preservação do patrimônio cultural imaterial, houve por parte da Equipe Técnica da Coordenação de Identificação do Departamento de Patrimônio Imaterial/DPI, a necessidade de avaliar a massa de inventário de recortes territoriais² produzidos em diversas regiões do Brasil. Em outras palavras, o referido estudo mostrará, com base nas análises das fichas de sítio e localidades, e também nos relatórios emitidos pelas equipes de pesquisas, como os conceitos de territórios foram sendo discutidos/recortados e como os bens inventariados se articulam às escolhas dos mesmos. Nesse sentido, tornou-se necessário compreender as variáveis que as equipes de pesquisa priorizaram

¹ Consultor da UNESCO/IPHAN CENTRAL. PRODOC 914BRZ4012 – CGIR/DPI. Edital nº 007/2011. A consultoria foi realizada no Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI/Iphan, Brasília/DF, mais especificamente na Coordenação de Identificação. A consultoria foi realizada de janeiro a dezembro de 2012. E-mail: francimariovitos@gmail.com.

² Como metodologia de realização de pesquisa, a aplicação do INRC pode ter um recorte territorial, que pretende identificar as referências culturais de um território delimitado. Trata de levantar, conhecer, identificar em caráter exaustivo as dimensões da vida social, recortadas pelo enfoque das categorias definidas, que são referendadas pela comunidade em questão como referências identitárias (CAVALCANTE, 2010).

para definir os contextos geográficos e culturais, sem perder de foco o viés da patrimonialização das práticas culturais.

A salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil tem seu marco legal a partir da instituição do Registro de bens culturais imateriais e da criação do Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, através do Decreto nº 3.551, de 2000. Paralelamente é criada a metodologia do INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais), destinada à produção de conhecimento sobre os bens culturais imateriais, cujo objetivo é apoiar e incentivar a formação de políticas de preservação.

De acordo com as diretrizes da política do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2010. p. 20), o INRC busca descrever e documentar cada bem imaterial identificado como referência cultural significativa para os grupos sociais relacionados a um território ou tema cultural, de modo a permitir a compreensão dos processos de formação histórica, produção, reprodução e transmissão.

Os bens culturais estão circunscritos num determinado espaço geopolítico e estão pautados pela relevância dos sentidos atribuídos que são atribuídos pelos detentores das práticas culturais e os demais agentes que habitam os territórios. Conforme o Manual de Aplicação da Metodologia (2000), a pesquisa de INRC pressupõe três etapas de trabalho que fazem parte de um mesmo processo de produção de conhecimento: levantamento preliminar, Identificação e Documentação. Entende-se que um determinado inventário é completo quando o processo de elaboração de coletas de dados, articulação da base social e produção de conhecimento contemplam as fases supracitadas. Isso vale para todos os inventários, quer sejam de enfoques temáticos ou territoriais.

A política de salvaguarda, um dos pilares da política do patrimônio imaterial do IPHAN está focada na criação de ações de sustentabilidade, produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais registrados. A questão crucial que move tal processo está fundamentada na ampla mobilização da base social, o que supõe efetiva participação dos detentores dos bens culturais registrados, dos poderes públicos e das organizações sociais.

Para a realização da consultoria, que teve como foco a avaliação dos inventários de recortes territoriais, foram priorizados aqueles que apresentaram maior completude de materiais produzidos, de acordo com a metodologia do INRC, como: fichas de sítio e localidade, ficha de bens inventariados, ficha de bens identificados, relatórios analíticos e de atividades, e materiais

audiovisuais (fotos, mapas, croquis etc.). Após verificar a massa de inventários produzida até o momento, abrangendo todas as regiões do Brasil, elegi para compor os produtos, os seguintes: Produto 02³: INRC do Museu Aberto do Descobrimento/BA – MADE e INRC Município de Natividade/TO; Produto 03: INRC's dos Municípios de Alcântara/MA e Mucugê/BA; Produto 04: INRC's dos Municípios de Xapuri/AC e São Luiz do Paraitinga/SP; Produto 05: INRC da Região do Erval Sul-matogrossense/MS e INRC do Marajó/PA. O Produto 06 teve o intuito de trazer algumas considerações e reflexões sobre cada inventário analisado.

Nesse sentido, o referido artigo tem como objeto de estudo os IINRC's, já realizados e disponíveis nos arquivos do Departamento de Patrimônio Cultural – DPI/IPHAN. No que tange aos objetivos, o principal deles é avaliar a produção de conhecimento realizada no âmbito dos inventários de recortes territoriais. Quanto aos objetivos específicos, procurei: 1) refletir sobre as dimensões local, regional e nacional colocadas no processo de identificação; 2) perceber as especificidades dos inventários analisados, tendo em vista os tipos de recortes propostos pela equipe de pesquisa; 3) captar as dinâmicas patrimoniais com base nos recortes territoriais (possíveis diálogos); 4) verificar os diálogos advindos do meio acadêmico sobre a salvaguarda do patrimônio imaterial, a partir da formação das equipes e 5) observar a construção do processo de mobilização da base social nos territórios percorridos pelos inventários.

O presente artigo, portanto, é uma reflexão sobre alguns pontos analisados e distribuídos nos cinco produtos elaborados na consultoria. Portanto, a ideia é abordar apenas as questões que considero mais relevante para suscitar o início de uma discussão que poderá ser mais aprofundada em outro momento.

Marcos teóricos sobre as noções de território e territorialidade

Partindo da premissa de que as discussões em torno do campo do patrimônio cultural imaterial estabelecem um fluxo de diálogos transversais com vários outros campos dos saberes, sobretudo no âmbito acadêmico, buscamos embasamento teórico nas áreas da geografia, do desenvolvimento territorial, da sociologia e da antropologia social para subsidiar contribuir na definição das noções de espaço, território, cultura e territorialidade.

³ O Produto 01 constou de uma proposta de plano de trabalho a ser desenvolvida na consultoria, bem como, de um cronograma a ser seguido no período de janeiro a dezembro de 2012.

De acordo com as reflexões de alguns autores como Santos, 2006; Haesbaest, 2007; Cataia, 2011; Duncan, 2012; das quais tivemos acessos, a ideia inicial de território esteve circunscrita à biologia, cuja preocupação era a posição dominante de elementos vegetais e animais e sua relação com certas áreas físicas. A partir da década de 1970 do século passado, o conceito é ampliado permitindo que outras áreas do conhecimento, sobretudo as ciências humanas e sociais produzissem reflexões teóricas sobre o tema. Nesse sentido, a geografia, tende a enfatizar a materialidade do território; a sociologia, enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, e a antropologia, destaca sua dimensão simbólica [cultura imaterial], principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (HAESBAERT, 2007. p. 37. Grifo meu).

Em termos antropológicos, a apropriação do conceito de território é essencial, pois “aparece como um elemento de projeção de identidades e culturas, de poderes e soberanias, de disputas e alianças, de vidas e trabalhos, de tradição e transformações” (DUNCAN, 2012. p. 03). Tais ambivalências inerentes ao tema são cruciais para refletir sobre os interesses econômicos, sociais e culturais coexistentes no mesmo espaço. Se por um lado, estão os grupos sociais, detentores de práticas culturais tradicionais, que reforçam a ideia de pertencimento, do outro, está o Estado com sua força legitimadora. Sob esse ponto de vista de Raffestin (1993), pressupõe que o território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço.

De acordo com Albagli (2004), o território assume ainda significados distintos em cada formação socioespacial. No mundo ocidental, inicialmente, o conceito de território foi crucialmente associado à base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais. Nas sociedades indígenas, apenas para citar um exemplo, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica.

A ênfase nas ações realizadas pelos grupos humanos remete a uma categoria essencial que define o território. Trata-se do “poder exercido por pessoas ou grupos no direcionamento de uma produção” (DUNCAN, 2011. p. 04). Ao analisar a atuação da política do patrimônio cultural imaterial do IPHAN/DPI nos territórios, em especial as ações de inventários, objeto dessa reflexão é interessante questionar sobre a forma que as comunidades locais se apropriam ou se

apropriaram dos processos de patrimonializações (definições dos bens culturais, conceitos institucionais etc.), e também como as equipes de pesquisa definiram o recorte territorial e, sobretudo, quais são os conflitos internos aos territórios existentes em função dos interesses da preservação ou não de um determinado bem cultural.

O território é denominado também como “espaço banal, seria o espaço de todos: empresas, instituição, pessoas; o espaço das vivências” (Santos, 2006. p.109). Em outras palavras é o meio sócio-cultural heterogêneo, cujos conflitos e interesses entre as comunidades e o Estado se cristalizam, gerando discussão, rupturas e ressignificações. Cenário que se reflete nos diálogos e ações referentes às políticas de preservação do patrimônio imaterial. Trata-se, na verdade de ações humanas que acontecem num determinado espaço geográfico. Daí, Cataia (2011) afirmar que o território possui “uma plasticidade que permite novas modelações”.

É justamente fazendo uso da capacidade de tornar-se “plástico” que um determinado território, juntamente com seus atores e práticas culturais, permite que suas fronteiras/limites se alarguem ou se contraiam em função do alcance e dos intercâmbios estabelecidos entre os bens culturais. Veja, no caso dos inventários territoriais, que *a priori* cobrem um espaço físico geral, é comum no processo de construção das categorias, em conjunto com a base social, que sejam priorizadas apenas algumas áreas que possuam práticas culturais de relevância simbólica para as comunidades envolvidas. Nesse sentido, o que estamos tentando mostrar é o grau de fluidez que pode alcançar nas discussões/decisões sobre a cobertura da área territorial.

Já no que tange à noção de territorialidade percebe-se uma fluidez de sentidos, o que permitiu a sua apreensão reflexiva por parte das Ciências Humanas. Nesse sentido, de acordo com Albagli (2004, p. 28), a territorialidade refere-se, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas, expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. A autora enfatiza ainda que a territorialidade reflete o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social.

O território, como enfatiza Albagli (2004, p. 42-43) “é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade”. As noções de pertencimento e de identidade dialogam proximamente, e estão amalgamadas ao campo do patrimônio cultural imaterial. Haja vista, que um dos grandes pilares das políticas de patrimonialização de valorização dos sentidos, das emoções e das vivências está

centrado no fortalecimento das várias identidades, individuais e coletivas, a partir da preservação dos bens culturais. Nesse processo, “os lugares, os trajetos, os territórios apresentam-se impregnados da consciência, da intencionalidade humana, da identidade” (SÉNÉCAL, 1992, p.28).

Em oposição à ideia de “fixação”, Marc Augé (2010), traz uma reflexão acerca de outros sentidos que os territórios estariam assumindo na contemporaneidade. O autor discute sobre a existência dos “não lugares”, que correspondem aos lugares de passagem, diametralmente opostos ao lar, à residência, ao espaço personalizado. Estão representados pelos espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, rodoviárias, estações de metro, pelos meios de transporte, pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados. A mesma lógica que contribui para que os saberes e práticas arraigadas nas sociabilidades humanas sejam solapadas pelas dinâmicas modernas e globalizadas.

Essa noção amplia significativamente a noção de território, o que cabe uma reflexão no tocante às ações de inventários de recorte territorial e delimitação dos espaços investigados. Sobretudo quando a ênfase do estudo tem como foco o espaço urbano, pois com bem afirma (AUGÉ, 2010, p. 87), “o espaço urbano é hoje um espaço complexo, emaranhado, um conjunto de rupturas num fundo de continuidade, um espaço de extensão de fronteiras móveis. É impossível imaginar a cidade sem ter que imaginar o mundo”. O autor ainda chama a atenção não apenas para a velocidade da circulação de mercadorias que há nas cidades, mas também pela circulação de ideias, mentalidades e valores. Tudo isso junto, altera, radicalmente a noção de lugar, conseqüentemente, de território.

A relação cultura, território e espaço geográfico (solo) é crucial para a compreensão do recorte territorial, enquanto espaço de significado e a abrangência do bem cultural. Um inventário que apresenta no seu título ou em seu projeto básico a ênfase nos bens culturais de um determinado município da federação, não necessariamente levará em conta a divisão política na sua totalidade. A pesquisa levará em consideração as localidades, cujas práticas culturais remetam à construção das identidades da região.

Os inventários e seus múltiplos recortes territoriais: especificidades, limites e mobilização da base social

A região do estado da Bahia, que recebeu o nome de MADE, a partir do Decreto nº 1.874, de 22 de Abril de 1996, já possuía bens de natureza material reconhecidos pelo IPHAN, a exemplo de obras sagras e da arquitetura colonial⁴. No entanto, somente no ano de 2000, com a criação do Decreto 3.551, é que uma ação de salvaguarda direcionada ao patrimônio imaterial é posta em prática. Vale destacar que o INRC do MADE aconteceu na condição de “projeto piloto” para testar a metodologia a referida.

A delimitação territorial desse inventário levou em consideração os escritos históricos e os interesses político-ideológicos voltados para evidenciar essa região como sendo o local em que os primeiros colonizadores europeus aportaram em solo brasileiro. A definição do MADE, sob tal perspectiva evidencia, de forma ampla o território, sem se ater nas particularidades internas. Ou seja, é um olhar construído a partir de um sobrevoo, tentando contemplar todos os lugares que, por ventura tenham testemunhado o descobrimento. A criação do museu viria sintetizar as comemorações – em formas de ritos e rituais – de aniversário pelos cinco séculos de existência do País.

É imprescindível evidenciar que, no memento do processo de pesquisa de campo, as várias comunidades indígenas existentes na região investigada estavam em conflitos com o Estado, reivindicando direito à terras e condições de moradias dignas. Nesse cenário foi possível perceber os interesses dos órgãos de governamentais, bem como o mais devastador de todos: a força do capital, representada pelo turismo desenvolvimentista e pela especulação imobiliária⁵.

Ao inserir, no âmbito das prioridades do INRC, questões relacionadas aos conflitos étnicos, que até o momento ficavam de fora das pautas de discussões, ficou evidenciado que o processo de inventário é também um poderoso instrumento político na redefinição de políticas

⁴ No ano de 1968 é tombado com número de inscrição 45, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Histórica de Porto Seguro abrangendo especificamente, o Marco do Descobrimento; o Paço Municipal; as Ruínas do Fortim, Reduto ou Bateria da Costa entre outros.

⁵ Ao deparar-me com a leitura do Anexo 3 - Bens inventariados – da Localidade “Terra Pataxó”, que deixava evidente a incompletude do preenchimento da ficha, comecei a investigar quais teriam sido os motivos. Daí, busquei informação em fontes orais, sobretudo, na pessoa da atual Diretora do DPI, Célia Corcino, que na época da realização deste inventário era Diretora do DIP – Departamento de Identificação e Preservação do IPHAN. Foi então que ela relatou que não foi possível inventariar as práticas culturais dos povos indígenas da região, devido a eclosão de conflitos étnicos internos, envolvendo inúmeros atores sociais.

públicas e de emancipação das comunidades. Foi então, que a equipe de pesquisa redesenhou o território do MADE, a partir de uma perspectiva, não apenas com base nos espaços geográficos e da importância histórica monumental, mas em função de outros elementos simbólicos que estavam sendo ofuscados pela monumentalidade. Decidiu, então, incluir: as terras Indígenas, denominadas nesse inventário como “Terra Pataxó” (INRC MADE, 2000). Nesse sentido, o INRC foi extremamente inovador, mesmo que ainda estivesse em fase experimental.

Os conteúdos das fichas e anexos permitiram apreender de forma significativa, as trajetórias e os diálogos travados pela equipe de pesquisa para definir um recorte territorial diferente, que contemplasse contextos heterogêneos de narrativas e fatos, sempre na transversalidade com as discussões do patrimônio imaterial. Assim, o recorte territorial, como se percebe, pode adquirir nuances e especificidades, que fogem por completo da lógica geográfica ou da divisão política, a qual se está habituado a lidar.

No tocante ao INRC de Natividade/TO, pelo menos dois eixos merecem destaques na delimitação do recorte territorial. O primeiro, sem dúvida é a Serra de Natividade ou Serra dos Olhos D’água, já que foi o primeiro referencial que se funde com o surgimento da própria cidade. O segundo é a prática cultural da ourivesaria com seus saberes e técnicas na elaboração de jóias em ouro. Esse último pode ser associado aos “nós de uma rede” Geertz (1989), cuja tessitura amarra o conjunto das várias práticas existentes na localidade. Para isso basta olhar para os adornos em ouro que remetem à celebração da Festa do Divino. “É lícito pensar como fatores de coesão da comunidade nativitana, os seus laços, a ourivesaria e os festejos do Divino, que, por sua vez, vêm se amalgamando no tempo” (INRC NATIVIDADE, 2005. p. 15).

O INRC de Alcântara/MA traduz através de fatos históricos e de relatos dos atores locais, os conflitos étnicos e a gama de interesses que pairavam sobre o território de Alcântara, sobretudo a partir do envolvimento de dois blocos: as comunidades tradicionais, que se definiam como quilombolas e os interesses capitalistas desenvolvimentistas da Base de Lançamento de Foguetes. Ambos sinalizavam para a atmosfera de tensão existente no território em questão. Nesse caso, a definição territorial seguiu uma dinâmica diferente dos demais inventários analisados. Na medida em que as demandas surgiam, impulsionadas pelos diálogos e discussões entre os agentes institucionais e a base social local, a inclusão das localidades e os bens culturais eram inseridos no inventário.

Como fator limitante do inventário, percebido nos conteúdos discursivos do relatório, está a problemática em lidar com a temporalidade institucional⁶. Em função do tempo exíguo, não foi possível explorar o instrumento da observação participante para apreensão sociológica da maioria das práticas culturais inseridas nas categorias e Ofícios, celebrações e formas de expressão. “O descompasso entre o tempo da pesquisa e o calendário das festas, e a conseqüente impossibilidade da observação direta comprometeu o devido alcance de seus respectivos conteúdos e significados sociológicos” (INRC ALCÂNTARA, 2009, p. 07).

Devido a obrigação quanto ao cumprimento dos prazos, a maioria das celebrações não puderam ser apreendidas em seus contextos reais. “Dados o tempo e os recursos disponíveis para realização do inventário, optou-se por restringir o levantamento à sede do município e a algumas localidades nas quais os pesquisadores já vinham pesquisando, no âmbito de outros projetos” (IDEM, 2009).

No que tange à formação acadêmica da equipe de pesquisa e as discussões teóricas, percebi a existência de um discurso político antropológico centrado nas questões étnicas, a partir de uma lógica processual, mas mais preocupada com as questões de origens. Não houve esforços para compreender os processos, com base nas narrativas locais proferidas pelos “nativos”, sobretudo, a partir das práticas culturais.

Por outro lado, observei um discurso fundamentado nos parâmetros político-ideológicos inerente à antropologia política, que dialoga diretamente como questões étnicas (quilombolas, indígenas e ribeirinhas), que são racionalizadas no meio acadêmico. Não há dúvidas de que os conhecimentos antropológicos contribuíram para respaldar as escolhas das localidades. Nesse e em outros contextos de pesquisas que envolvem olhares disciplinados sobre questões de poderes, conflitos, tensões e embates é pertinente lembrar que os processos etnográficos, segundo Geertz (1997), se constroem a partir do “Estar lá” (pesquisa de campo) e do “Estar aqui” (ato que envolve os processos de escrita e reflexão dos dados empíricos à luz da teoria). Portanto, é seguramente no ato de escrever (estando lá), que a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica e “cumpre com a sua mais alta função cognitiva” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 25).

⁶ Sobre essa questão, Seyferth (2004), discute a necessidade de existir tempos diferenciados para a realização de pesquisas nas áreas das ciências sociais, biomédicas e exatas.

O INRC de Mucugê/BA, sobretudo na conformação do recorte territorial seguiu uma lógica semelhante ao inventário anterior. Trata-se de ações de salvaguarda sobre um contexto de conflitante, envolvendo comunidades locais e agentes institucionais. Observei que parte do território em estudo faz parte do Parque Nacional da Chapada Diamantina, portanto, considerado uma área de preservação nacional, fiscalizada pelo o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente). Para alguns moradores, em especial aqueles que têm criação de gado, o IBAMA se configura como um órgão punitivo e que não estabelece diálogo com a comunidade. Atualmente não vem sendo realizado nenhum trabalho de educação ambiental com a comunidade e isto vem contribuindo para acentuar a imagem negativa, que está associada à estrita atuação proibitiva e punitiva, do órgão entre os moradores.

Em todo o processo, como destacou o texto do Relatório final do INRC de Xapuri (2008, p. 13), a pesquisa, consistiu não apenas em produzir uma massa de conhecimento estática, mas fundamentalmente, permitir que os vários atores sociais (poderes públicos, comunidades interessadas e sociedade civil organizada), venham a se apropriar dos resultados, para fomentarem políticas públicas direcionadas à preservação do patrimônio imaterial.

Pelo espectro de bens inventariados e sua diversidade tem-se a nítida noção da especificidade do recorte territorial. De acordo com os escritos produzidos sobre o inventário, os lugares de importância para a memória e identidade de Xapuri constam o seringal, a colocação, as estradas de seringa, os varadouros, os olhos d'água, Porto da Catraia e a Fonte do Bosque. No tocante aos ofícios e modos de fazer selecionados, foi eleito o corte da seringa, incluindo o seringueiro como referência principal.

Os diálogos travados entre os bens culturais e os caminhos percorridos na definição das escolhas das localidades “cobertas” pelo inventário, sobretudo o Centro Histórico e a RESEX⁷, nos permitem colocar uma observação. Ambos os contextos possuem uma legislação específica, que os definem como possuidores de significados importantes para a construção das identidades dos sujeitos locais. A abrangência da proteção legal permite ainda que outros sujeitos externos aos limites acreanos - nacional e internacional – conheçam e mantenham as memórias de lutas impetradas líder seringueiro e ativista Chico Mendes.

⁷ Reserva Extrativista Chico Mendes - RESEX, uma das áreas prioritárias de pesquisa deste Inventário de Referências Culturais foi criada através do Decreto 99.144 de 12/03/90.

Ainda acerca do processo de construção do território, destaco que as escolhas de suas localidades se pautaram pela fina relação entre as referências culturais locais e o contexto dos seringais. Pois é em torno da cultura seringueira que as referências culturais são elaboradas e ressignificadas pelos sujeitos, que partilham das práticas cotidianas. De acordo com Fonseca (2000, p. 14), “referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva”.

O INRC de Xapuri apresentou uma especificidade que considero peça fundamental da política – o processo de mobilização da base social durante o processo de inventário. O que mais chamou a atenção foi o engajamento de alguns “colaboradores” (CLIFFORD, 2008) na pesquisa, especialmente, na confecção de croquis (mapas), demarcando os trajetos, a localização e os nomes das pessoas-chave, que seriam relevantes para o processo. Tais instrumentos foram essenciais na orientação e, posteriormente, no deslocamento das equipes de pesquisadores em campo.

O interessante de tudo isso é que as veredas trilhadas na delimitação do território deixaram evidentes os papéis de alguns bens culturais locais na definição das escolhas de tal localidade e outra não. O trecho a seguir permite entender a lógica de construção do território, com foco no alcance dos bens culturais. “O ofício do seringueiro na opinião dos participantes é a referência cultural mais representativa da população de Xapuri, constituindo o elemento comum entre todos os bairros e localidades” (INRC XAPURI, 2008, p. 01).

O uso de croquis elaborados pelos moradores locais, embora seja uma ferramenta que ajuda na composição do processo de delimitação do território do inventário em estudo. Permite ainda refletir sobre algumas ideias ousadas discutidas por alguns estudiosos. O antropólogo americano James Clifford, em sua obra “A favor da etnografia”, trabalha algumas ideias, dentre elas a de “autoridade etnográfica polifônica” (2002)⁸. Ele suscita basicamente a tentativa do etnógrafo ser capaz de construir um texto em parceria com os colaboradores. É algo que vai além dos serviços prestados pelos tradicionais “informantes” encontrados na literatura antropológica (MALINOWSKI, 1978). Clifford (2002) acredita que em alguns momentos da elaboração

8 Os antropólogos terão cada vez mais de partilhar seus textos, e por vezes as folhas de rosto dos livros, com aqueles colaboradores nativos para os quais o termo informante não é mais adequado, se é que algum dia foi (CLIFFORD, 2002, p. 55).

textual, seja possível estabelecer uma relação horizontal de parceria com alguns indivíduos das comunidades pesquisadas, no sentido de permitir, que eles possam contribuir na elaboração da pesquisa não apenas secundariamente, mas escrevendo-a de fato.

O exemplo dos croquis remete aos estudos do referido antropólogo, pois aqueles podem ser entendidos como textos imagéticos, com referências às demarcações territoriais, e que podem ser lidos e interpretados. Embora, no texto do Relatório final do referido INRC (2008) não haja referências ao referido antropólogo, o uso dos “colaboradores” na construção dos mapas pode ser pensado com uma tentativa de construção textual, envolvendo as relações de parcerias entre pesquisador e colaborador – uma relação dialógica, portanto. No contexto do INRC de Xapuri a relação dialógica vai além da construção de um texto conjuntamente. O diálogo permite que as tessituras do território possam ser delineadas a partir dos bens culturais encontrados.

Uma especificidade que chamou a atenção no INRC do Marajó/PA foi a composição do espaço geográfico – relevo, topografia, bacia hidrográfica etc. Pois, “os principais núcleos urbanos da Ilha do Marajó estão localizados, como é comum na Amazônia, às margens dos rios que, historicamente, constituem a principal via de deslocamento” (INRC DO MARAJÓ, 2009. p. 12). Nesse sentido, é evidente que os olhares dos diversos pesquisadores, que compõem a pesquisa do inventário tiveram que seguir a lógica apresentada pelo território. Assim, a definição das localidades, sobretudo como chegar até elas, aonde acampar, por onde começar, e outras nuances; exigiu da equipe de pesquisa uma leitura atenta sobre as especificidades territoriais.

Assim, não basta chegar com os conhecimentos acadêmicos prontos (História, Antropologia, Geografia, Sociologia etc.), definidos como se fossem uma “vestimenta” e lançá-la sobre o corpo; é preciso sensibilidade para entender a importância que a comunidade local atribui ao território. A metáfora da vestimenta ajuda a pensar sobre a importância do ato de observar, não somente a partir da conformação territorial, mas acima de tudo, do saber ouvir as pessoas envolvidas nos processos de patrimonialização. Tal postura se aproxima do que Cardoso de Oliveira (2006. p. 21) aconselha a fazer em contexto de pesquisa etnográfica: “é no ímpeto de conhecer o outro que o ouvir e o olhar se complementam”. Eu ainda acrescentaria a importância de ver com os ouvidos e ouvir com os olhos. Pois, para o autor, saber ouvir com os olhos é, por exemplo, perceber que ao invés de estradas, o contexto em debate possui rios.

Assim, diferentemente das áreas que há abundância de estradas, em oposição aos rios; faixas de terras, em oposição às áreas alagadiças, o referido território possui práticas culturais que

apresentam especificidades. E é, sobretudo no processo de transformação da Natureza em Cultura e, vice-versa, que o Homem dá sentido a sua existência (LARAIA, 1989). A natureza é universal, porém o modo como cada grupo humano irá se apropriar dela é específico (BOAS, 2005).

Um fato marcante do inventário diz respeito à problematização de alguns conceitos existentes encontrados, ao longo da pesquisa. Trata-se da compreensão do contexto religioso ou da religiosidade em torno da “pajelança” no arquipélago. Como classificar em fichas uma prática cultural local que se apresenta de forma complexa e plural? Foi a pergunta que a equipe se fez. Isso corrobora com uma questão amplamente discutida pela equipe de técnicos do IPHAN/DPI, sobretudo da Coordenação de Identificação, responsável pela gestão dos INRC’s. A seguir, o fragmento mostra a preocupação da equipe sobre a questão. O que só evidencia a seriedade com que o trabalho foi conduzido:

[...] Parece-nos que o desafio está em perceber que as religiões comumente chamadas de pajelança apresentam muitas diferenças internas. Neste sentido, nomenclaturas como curador, puxador, benzedor, vidente, pai de santo e até as tradicionais parteiras, guardam em si muitas semelhanças, mas também algumas diferenças que tem nos colocado a pensar se seriam pertinentes classificá-las na categoria de pajelança, sem tentar entender suas diferenciações internas (INRC DO MARAJÓ, 2009, p. 23-24).

Cada vez mais se torna crucial a elaboração, paralelamente ao preenchimento de fichas e anexos, de um texto crítico-reflexivo que aborde as questões de cunhos técnico, metodológico, epistemológico e outras, percebidas a partir do processo de pesquisa. Tal prática enriquece a produção de conhecimento, apontando novas estratégias, até mesmo para repensar a política. Ou seja, os informes que não “se adequam” nos campos das fichas são perfeitamente trabalhados e problematizados em apêndices e relatórios. São conteúdos assim que permitem aos gestores, realizarem adequações, ou senão, reflexões sobre as suas práticas institucionais, e que talvez, em outro momento possam adequar melhor a metodologia, aproximando-a das especificidades percebidas na vida real.

Considerações Preliminares

Com essa comunicação não se pretende exaurir por completo o assunto em torno da avaliação dos INRC’s produzidos ao longo de 12 anos de existência da política de salvaguarda do

patrimônio imaterial no Brasil. A ideia é fomentar uma reflexão acerca das ações de preservação que têm sido implementadas até hoje, visando, sobretudo, compreender a construção da noção de território, os diálogos estabelecidos entre os pesquisadores e o meio acadêmico e a valorização, por parte da base social, do seu patrimônio cultural.

Assim, gostaria de retomar alguns pontos discutidos anteriormente, com o intuito de fechar, pelo menos por enquanto, essa discussão. Primeiro, refere-se aos Entraves institucionais, ou seja, descontinuidades das ações provocadas pelos atrasos nos repasses de recursos, gerando morosidade na conclusão do inventário, a ponto de desmobilizar as comunidades e os detentores envolvidos no processo. Isso tem sido recorrente nos inventários analisados e, em algumas situações, há até mudanças das equipes entre uma fase e outra do inventário. Problemas que interfere diretamente no processo de mobilização da base social.

Outro ponto diz respeito à deturpação ou uso indevido da política por parte dos parceiros institucionais: governos municipais e estaduais que não enxergam a política como sendo de longo alcance e que pode, se corretamente trabalhada, proporcionar melhorias na qualidade de vida das comunidades envolvidas. Ou seja, não percebem que os investimentos na preservação do patrimônio imaterial equivalem à valorização da cidadania e da formação de renda para a comunidade.

Para finalizar, duas questões que são cruciais são Apreensão equivocada da metodologia, por parte das equipes de pesquisas e a deficiência na sistematização dos dados coletados em campo, o que geram produtos finais incompletos, portanto, inconsistentes do ponto de vista da metodologia do INRC.

Referências Bibliográficas

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius et al (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumaré / Brasília: SEBRAE, 2004. p. 23-70.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDFAL, Editora UNESP, 2010.

BOAS, Franz. In: CASTRO, Celso (Org.). **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. 2 ed. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília 15; São Paulo: UNESPE, 2006. p. 17-36.

CATAIA, Marcio Antonio. **Território político**: fundamento e fundação do estado. In: Sociedade e Natureza, n. 1, vol. 23. Uberlândia, 2011.

CAVALCANTE, Ivana Medeiros Pacheco. **Inventário do Ofício da Pesca Artesanal do Rio do Grande do Norte** - Parecer Técnico Parecer Técnico nº027/10 -. Brasília: Iphan-DPI, 2010.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica**: Antropologia e Literatura no século XX. GONÇALVES, José Reginaldo Santos (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 17-62.

DUNCAN, Marcelo. Território: ordenamento e desenvolvimento. In: **I Encuentro Iberoamericano de Gestión Territorial**, Brasília, 2012.

FONSECA, Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **Manual de aplicação do INRC**. Brasília: IPHAN, 2000.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAESBAEST, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**. 2ed. Brasília: MinC/Iphan, 2010.

_____. Relatório Final. In: **INRC de Natividade/TO**. Brasília: DPI, 2009.

_____. Relatório Final. In: **INRC do Marajó/PA**. Brasília: DPI, 2009.

_____. Relatório Final. In: **INRC de Alcântara/MA**. Brasília: DPI, 2009.

_____. Relatório Final. In: **INRC de Mucugê/BA**. Brasília: DPI, 2008.

_____. Relatório Final. In: **INRC de Xapuri/AC**. Brasília: DPI, 2008.

_____. Relatório Final. In: **INRC DO MADE/BA**. Brasília: DPI, 2000.

_____.Manual de Aplicação. In: **Inventário Nacional de Referências Culturais** Brasília: Iphan, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. 11ed. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.

MALINOWSKI, K. Bronislaw. 2 ed. Introdução. In: **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélogos da Nova Guiné. São Paulo: Abril cultural, 1978. p. 17-34 (Coleção os Pensadores).

IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS – 16 a 18 de outubro/2013
Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SÉNÉCAL, G. **Aspects de l’Imaginaire Spatial**: identité ou fin des territoires”
Annales de Géographie, n.563, 1992.

SEYFERTH, G. O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar.
In: Wilson Trajano Filho; G. L. Ribeiro. (Org.). In: **O campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa - ABA, 2004. p. 93-116.